

O NOVO ENSINO MÉDIO E OS IMPACTOS NO CURRÍCULO, NA GESTÃO E NO TRABALHO DOCENTE

PATRICIA DE FARIA FERREIRA¹
ALVARO MOREIRA HYPOLITO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – patriciafariaf@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – alvaro.hypolito@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este resumo se destina a apresentar o projeto de pesquisa, de doutorado em educação, que trata sobre o novo Ensino Médio e seus impactos no currículo, na gestão e no trabalho docente. O projeto é norteado por uma questão colocada por COSTA (2003) sobre o futuro da escola e sua centralidade na vida das sociedades, parafraseando a autora, propõem-se as questões: E dentro da escola, quem rouba a cena? O que, atualmente, é central para a organização e funcionamento da instituição? Qual conhecimento e qual currículo? E quanto aos professores, que força move o trabalho em sala de aula e a carreira docente? Com olhar de pesquisadores e a experiência cotidiana na escola ousamos responder que as políticas públicas educacionais e os programas por elas implementados têm tomado atenção e o tempo das equipes gestoras e dos professores. São foco principal de discussão, currículo, da organização do calendário escolar, da carga horária do professor, do planejamento, das atividades desenvolvidas na sala de aula, da avaliação dos alunos, professores e da instituição, enfim, centrais no funcionamento das escolas.

Muitas das ações do Ministério da Educação estão direcionadas para a melhoria dos índices que indicam a qualidade da educação brasileira. Assim, muitos e variados programas são implantados cada vez com mais frequência nas instituições públicas de educação básica. O Ensino Médio não tem alcançado, nas avaliações externas, os resultados esperados pelo Ministério da Educação, em função desses indicadores, a última etapa da educação básica, tem sofrido várias reformas

A política educacional, que se refere o projeto, é o Novo Ensino Médio, instituído pela Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. As mudanças para a última etapa da Educação Básica, (im) postas pela nova legislação, dizem respeito à ampliação da carga horária anual através da implantação do turno integral, ao currículo, as disciplinas, as ofertas de formação/profissionalização, enfim, trata sobre os principais aspectos do funcionamento do Ensino Médio. Essa proposta, não discutida com professores da área, apresentada como medida (literalmente) para qualificação do Ensino Médio possui características semelhantes a outras, de mesmo objetivo, que roubam a cena nas escolas, impactando substancialmente o trabalho docente, o currículo e a gestão. É isso que move o projeto e a principal justificativa da pesquisa, a implementação, mais uma vez, de políticas educacionais voltadas para a melhoria de indicadores de qualidade do Ensino Médio e suas implicações no currículo, na gestão e no trabalho docente.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender os impactos do Novo Ensino Médio na gestão, no currículo e no trabalho docente, nas escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Esse objetivo busca responder a questão central da pesquisa sobre a maneira como as escolas e os professores

irão vivenciar e se constituir dentro da atual política educacional, o Novo Ensino Médio, quais impactos, na gestão, no trabalho docente e no currículo.

As políticas públicas para a educação no Brasil pretendem atingir melhores resultados nas avaliações externas e, consequentemente, a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estamos vivenciando, mais uma produção dessas políticas, tão logo os resultados foram divulgados de maneira alarmante pela mídia, o governo federal, por meio de Medida Provisória institui o Novo Ensino Médio, uma reforma significativa nessa etapa da educação básica.

As reformas da educação trazem consigo uma série de novas propostas para a gestão, para o ensino, para o ambiente escolar, para a relação com a comunidade e, especialmente, para os modos de ser professor.

Nessa perspectiva, o lugar de cultura e espaço da história vem sendo substituído por concepções cognitivistas e quantitativistas, que instituem significados universalizantes, a-históricos, talvez científicos, certamente vazios. Não por acaso o discurso educacional prevalente é aquele que partilha enunciados de certa psicologia do desenvolvimento e que valoriza conceitos tais como flexibilidade, adaptação, criatividade, competências – todos reforçando a ideia do “aprender a aprender”, como se pudesse haver educação sem uma matéria sobre qual se exerça trabalho (Vieira e Hypólito, 2013, p. 128).

Paralelamente às reformas e implantação de políticas educacionais, surgem novos programas, objetivos são revistos e repensados, novas (ou renovadas) metodologias, que aparentemente são muito mais eficazes que aquelas que até então eram a referência. Enfim, um novo currículo precisa estar alinhados às novas expectativas colocadas para a educação. Importante destacar a diferença na concepção de currículo

É preciso, neste ponto, demarcar a diferença que fazemos em relação à concepção de currículo como repertório fixo de significados socialmente construídos e que permitem aos sujeitos se identificarem uns com os outros. Desse repertório seriam selecionados os conteúdos que devem ser trabalhados na escola. Partimos do entendimento de que a prática pedagógica é uma produção discursiva, o que nos permite pensar o currículo e o seu funcionamento em outra lógica que nega a ideia de conhecimento e de cultura como expressão de uma realidade material (Tura e Pereira, 2013, p.112).

As reformas educacionais implicam em novas políticas curriculares e estas estão voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades. Os objetivos da reforma da educação estão em sintonia com as orientações de instituições econômicas internacionais e vão bem além dos que são apresentados à sociedade.

Significativamente, então, as tecnologias políticas da reforma do setor público não são simplesmente veículos para a mudança técnica e estrutural das organizações, mas sim mecanismos para reformar os profissionais do setor público, tais como professores, para mudar o que significa ser professor, assistente social ou enfermeiro (...). Dentro das políticas, tecnologias de reforma estão inseridas e fornecem novas identidades, novas formas de interação e novos valores (Ball, 2012, p. 39).

A partir do referencial deste projeto, apresentado resumidamente neste texto, contextualiza-se a pergunta do problema da pesquisa, o que rouba (roubará) a cena no currículo, na gestão e no trabalho docente, nas escolas estaduais onde o Novo Ensino Médio será instituído?

2. METODOLOGIA

A pesquisa, de cunho qualitativo, visa compreender os impactos do Novo Ensino Médio na gestão, no currículo e no trabalho docente, nas escolas da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Está em sua fase inicial e será desenvolvida nas escolas, localizadas na metade Sul do estado, observando que a quantidade de instituições não inviabilize a pesquisa. As etapas da pesquisa são as seguintes: Mapeamento das escolas estaduais da metade Sul onde acontecerá a reforma no Ensino Médio; Revisão de literatura dos temas da pesquisa: currículo, gestão e trabalho docente; Trabalho de campo para a realização de Estudos de caso. A proposta para realização do Estudo de Caso está prevista para acontecer em três etapas: no primeiro momento, a fase exploratória, a elaboração de um plano aberto para aproximação com as instituições selecionadas para a pesquisa, definindo participantes e as estratégias de coletas de dados. Após a definição dos elementos-chaves e aproximação com o campo, começar a coleta de dados.

A última etapa será a análise dos dados a partir do referencial teórico orientador da pesquisa. Nesse momento, é necessário a releitura de todo o material coletado, selecionando criteriosamente os pontos relevantes, para o início da construção das categorias analíticas. Esse processo não se esgota com a definição das categorias, tampouco com a categorização, a análise dessa política educacional deve fazer conexões com o campo do currículo, da gestão e do trabalho docente. Embora essas etapas tenham sido apresentadas de forma linear, não significa que na prática isso ocorrerá, pois, estamos tratando de pesquisa qualitativa, por onde transitam os sujeitos pesquisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como anunciado, o projeto de pesquisa aqui apresentado está em sua fase inicial, neste momento as duas primeiras etapas estão em andamento, ou seja, o mapeamento das escolas estaduais da metade sul onde a reforma do Ensino Médio está se iniciando e a revisão de literatura dos temas da pesquisa.

Até o mês de setembro de 2017 as escolas da rede estadual, localizadas no sul do estado e, portanto, pertencentes a 5ª Coordenadoria de Educação não receberam nenhuma orientação sobre a reforma.

A revisão de literatura tem sido realizada com orientações do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa não apresenta conclusões devido à fase em que se encontra, ainda não possui dados que permitam considerações ou conclusões.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753. Acesso em 14 de outubro de 2016.

BALL, S. J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo à sociedade performativa. **Educação & Realidade**. v. 35, n.2, p.37-55, maio/ago. 2010.

BALL, S. J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.126, p.539-564, set./dez. 2005.

BALL, S. J. Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.7, n.1, p.33-52, jan./jun. 2012.

BALL, S. J. Reformar Escolas/Reformar Professores e os Terrores da Performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**. v. 15, n. 002, p. 3-23, 2002.

BRASIL, Diário Oficial da União. **Portaria nº 746 de 22 de setembro de 2016**. N° 184-A, sexta-feira, 23 de setembro de 2016.

COSSIO, M. F. Agenda transnacional e governança nacional: as possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **e-Curriculum**. Vol. 13, n.04, p. 616-640, out./dez.2015.

COSTA, M. V.(org.). **Caminhos investigativos: novos olhares da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, M. V.(org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARCIA, M.M.A.; HIPOLITO, A.M.; VIEIRA, J.S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005.

MAUÉS, O. C. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação? **Educação**, Porto Alegre, v.34, n.1, p.75-85, jan./abr. 2011.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M.I. Entrevista com Stephen J. Ball: Um diálogo sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.30, n.106, p.303-318, jan./abr. 2009.

PORTAL BRASIL. **Entenda o Novo Ensino Médio.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/entenda-o-novo-ensino-medio>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

TURA, M. L. R.; PEREIRA, T. V. Políticas curriculares, sistemas de avaliação e conhecimentos escolares. In: TURA, M. L. R.; GARCIA, M. M. A. (Orgs) **Currículo, Políticas e Ação Docente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VIEIRA, J. S.; HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares, estandardização do conhecimento e ressignificação da aprendizagem. In: TURA, M. L. R.; GARCIA, M. M. A. (Orgs) **Currículo, Políticas e Ação Docente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.